

RELATÓRIO EXECUTIVO

A INTERVENÇÃO FEDERAL NAS REDES

PERÍODO DE ANÁLISE: 20 FEV. A 27 MAR.

1. Sumário-Executivo

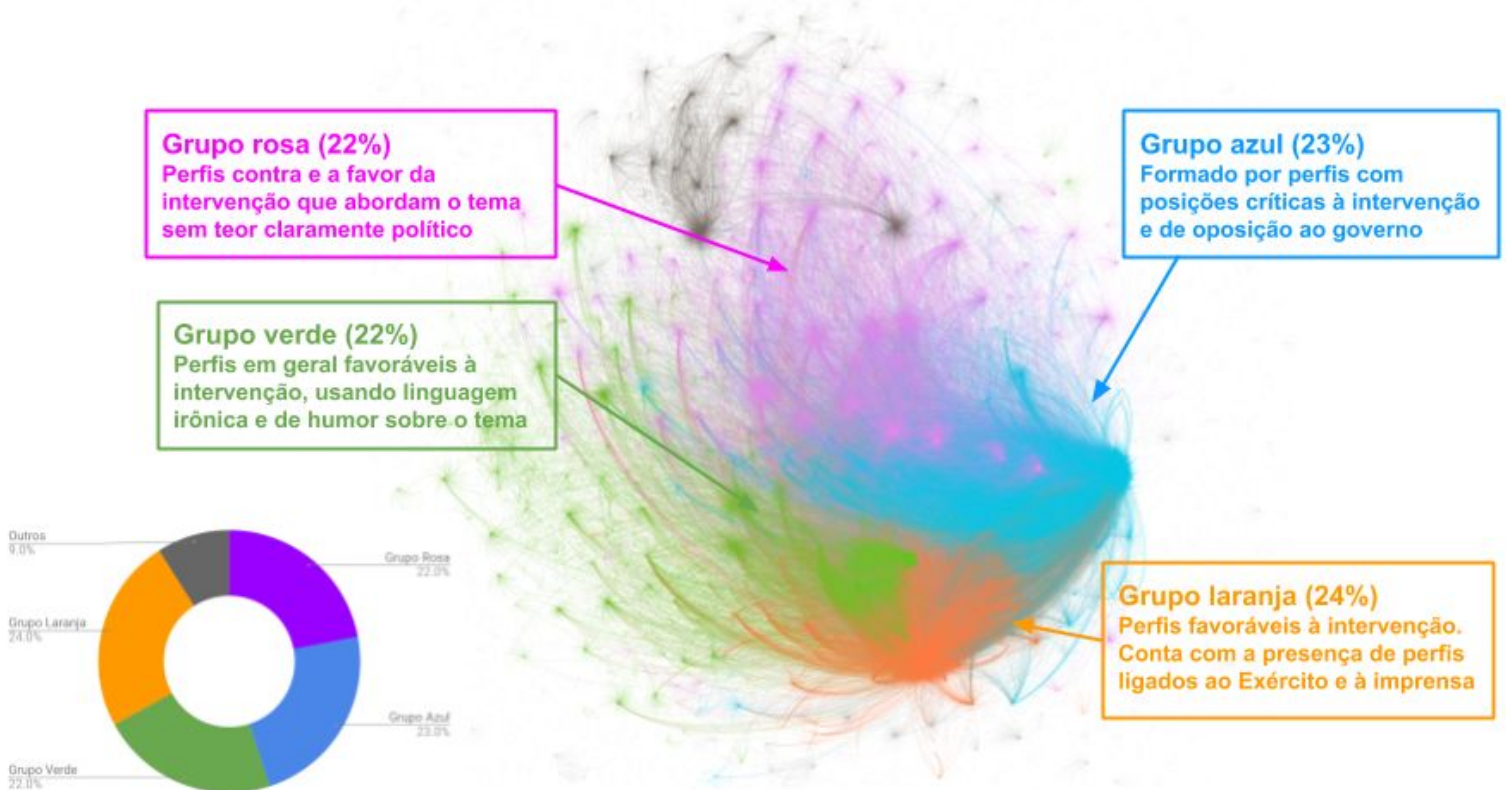
- ❖ O debate, no Brasil, sobre a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro somou, entre as 10h do dia 20/02 e as 10h do dia 27/02, **444,9 mil menções no Twitter (redução de 29% em relação à semana passada)**;
- ❖ Ao longo da última semana a discussão mudou de foco: os destaques **deixam a esfera política e se concentram sobre as ações específicas** da operação das Forças Armadas;
- ❖ Há defensores do endurecimento da repressão ao crime, e que aprovam a **revista de mochilas de crianças** e a **identificação por foto dos moradores**, e os perfis de crítica às medidas, que destacam os riscos da supressão de direitos civis num eventual **mandado coletivo de busca e apreensão**;
- ❖ O debate relacionado à Câmara dos Deputados mobilizou **13,8 mil postagens**, concentrando-se em identificar o voto dos deputados contra e a favor do decreto presidencial de intervenção;
- ❖ No Rio de Janeiro, o tema mobilizou **126,5 mil menções** (queda de 35%) com destaque para as hashtags **#intervençãoóefarsa** (0,5% do debate), crítica à intervenção, e **#somostodosrj** (0,4%), de apoio à atuação militar;
- ❖ Entre as menções no estado, destacam-se críticas à revista de mochilas de crianças. A palavra **“mochila”** é a terceira mais usada no debate, aparecendo em 11% das postagens. Aparecem também as palavras **“crianças”, “criança”** e **“revistar”** (em 8%, cada).

2. O debate no Brasil

Mais de uma semana após o anúncio da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro – cujo decreto do presidente Michel Temer foi aprovado pelo Congresso na última terça-feira (20) –, o assunto continua a mobilizar as redes sociais, ainda que em menor escala. **O debate no país sobre a intervenção federal somou, entre as 10h do dia 20/02 e as 10h do dia 27/02, 444,9 mil menções no Twitter.** O volume é 28,9% menor do que o da semana anterior, quando a FGV DAPP coletou 626,5 mil menções entre a 0h do dia 15/02 e as 10h de 20/02.

Mapa de interações sobre a intervenção federal

Período de análise: 0h de 20/fev à 0h de 27/fev | Fonte: Twitter



Fonte: Twitter | Elaboração: FGV DAPP

Passado o primeiro momento de debate amplo sobre a intervenção federal na segurança do estado do Rio, que teve contorno sobretudo político e voltado à conjuntura geral da presença militar no estado, ao longo da última semana a discussão a respeito do tema mudou de foco: os destaques deixam a esfera política, como o governador Luiz Fernando Pezão e o presidente Michel Temer, e se concentram sobre as ações diretas do início da operação das Forças Armadas, com **três pautas de muita repercussão: (1) a proposta de mandados coletivos de busca e apreensão; (2) a revista, feita por soldados, de mochilas de crianças; e (3) o fichamento de moradores de comunidades do Rio.**

Com retuítes coletados entre a 0h de 20 de fevereiro e a 0h de 27 de fevereiro, o mapa de interações no Twitter acima identifica os principais grupos que se envolveram no debate, os quais, longe de se limitar às circunstâncias específicas da intervenção, tornou-se símbolo central das discussões sobre segurança pública no país. Todos os quatro principais núcleos de debate apresentam volume equivalente de participação (de 22% a 24%, respondendo, somados, por 91% do total) e abordam o impacto da presença militar no Rio sob óticas bem definidas, com dois *clusters* alinhados a cada posicionamento: há os defensores do endurecimento da repressão ao crime, e que adotam como válidas a revista de mochilas de crianças e a identificação por foto dos moradores, e os perfis de crítica às medidas, que destacam a diferença social entre ricos e pobres na atuação militar e os riscos de supressão de direitos civis decorrentes da ação.

Em todos os principais núcleos, **não há isolamento de grupos comumente associados a lados políticos e partidários**, com maior mescla entre atores favoráveis aos dois lados da discussão. Isso decorre do impacto imediato da repercussão de notícias da imprensa sobre os mandados coletivos, a revista de moradores e a denúncia de racismo feita pela campeã olímpica Rafaela Silva, que criticou a abordagem policial enquanto estava em um táxi. Dessa forma, os atores políticos, que antes respondiam pela condução das postagens mais influentes no debate, perderam espaço para o conteúdo noticioso, que engajou as opiniões divergentes no Twitter.

No **núcleo laranja** (24% do debate), de maior concentração de **perfis alinhados à presença dos militares no Rio** e contas do Exército e da imprensa entre os principais influenciadores, argumenta-se que a iniciativa protege os moradores de comunidades pobres, postos em situação vulnerável pelos traficantes, e que o posicionamento contrário às revistas em crianças é uma forma de atenuação da culpa de criminosos, com alusões a grupos que defendem os "direitos humanos". No **núcleo verde** (22% do debate) predominam **postagens irônicas a respeito das críticas à "violação dos direitos civis"**. Nos dois grupos, a denúncia feita por Rafaela Silva adquire maior relevância, mas em rejeição às acusações de racismo feitas pela judoca.

O **cluster azul**, com 23% de participação, ecoa a **percepção crítica à intervenção federal, com questionamentos sobre a seletividade da revista a crianças** frente ao combate a criminosos que vivem em regiões nobres da cidade. Os perfis indagam se os militares também farão revistas em cidadãos de bairros da Zona Sul, e se os mandados coletivos irão atingir setores ricos da sociedade. Também esse grupo se posiciona de forma contrária à "violação de direitos civis", com a lembrança de episódios recentes em que membros das Forças Armadas foram presos com fuzis e outros armamentos de contrabando, assim como do resultado da intervenção de militares em países como Colômbia e México. Mesmo o filme americano "Pantera Negra", reconhecido como figura de rejeição a estereótipos raciais, é lembrado sob o contexto da operação militar no Rio, com o lamento relacionado à defesa da não punição a soldados, caso cometam crimes contra inocentes, e à falta de investimentos em saúde, educação e cultura nas comunidades.

Por fim, o **cluster rosa (22%)** é mais dividido, recuperando os mesmos tópicos e notícias propagados pelos outros grupos e integrando detratores e defensores da ação militar de identificação e revista de moradores no Rio. Ao contrário do grupo azul, de maior tom político, com perfis de atores alinhados à oposição ao governo federal, o grupo rosa **faz uso de piadas e sarcasmo para se posicionar no Twitter, seja em detração das críticas às Forças Armadas, seja para condenar as ações militares** e a ausência de combate expressivo a outras formas de atuação do crime organizado, inclusive o contrabando de armas de uso exclusivo de militares.

2.2. A Câmara no debate

O debate no Twitter sobre a intervenção federal relacionado à Câmara dos Deputados mobilizou, no período analisado, 13,8 mil postagens (cerca de 3,1% do debate no país sobre o assunto). Na comparação com o relatório anterior, houve **redução de 46,3% no volume**, quando foram registradas 25,7 mil postagens. O pico de menções no período de análise foi registrado às 11h do dia 20/02, alcançando 97 tuítes por hora (ou 1,6 tuítes por minuto). A data coincide com a aprovação do decreto na Câmara, na madrugada do dia 20/02.

De um modo geral, **o debate se concentrou em identificar nominalmente os deputados que votaram contra e os que votaram a favor da intervenção**. As postagens mais compartilhadas, nesse contexto, são críticas aos deputados que foram contrários ao decreto e manifestam o desejo de que eles não sejam reeleitos, insinuando, em alguns casos, que essa [conduta seria negligente com a segurança pública](#).

A criação do **Observatório Legislativo da Câmara dos Deputados** também repercutiu no período analisado, aparecendo em 690 menções (ou **5% do debate relativo à Câmara**). A maior parte das postagens é tuítes de canais de comunicação noticiando o lançamento do Observatório. Entre os usuários do Twitter, a iniciativa divide opiniões: há menções críticas que se referem à iniciativa como medida paliativa ou como uma [fiscalização indevida do Exército por parte do Legislativo](#), e menções de apoio que destacam a necessidade de se evitar abusos de poder nas operações.

2.3. Debate regional

Cerca de 28% dessa discussão está concentrada no próprio estado do Rio: 126,5 mil menções. São Paulo (22%) e Minas Gerais (7%), estados que fazem fronteira com o estado, são os outros dois que mais participam da discussão. No entanto, o Espírito Santo apresenta apenas 1% do volume de menções associado ao tema: 4,4 mil tuítes no estado. Esta análise demonstra a preocupação dos internautas nos estados vizinhos com um possível impacto da intervenção.

3. O debate no Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, observa-se que o tema mobilizou, no período analisado, **126,5 mil menções**. Registrou-se um pico de menções às 12h do dia 20/02, cerca de 10 horas após a aprovação da medida pela Câmara dos Deputados, com 340 postagens por hora (ou 5,6 postagens por minuto). Assim como o debate no país, **o volume de menções ao tema, dentro do estado do Rio, diminuiu em comparação com esse volume na semana anterior, cerca de 34,9%**. O gráfico a seguir mostra que o debate se manteve relativamente constante no período analisado.

Debate regionalizado no Twitter sobre a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro (10h de 20/02 às 10h de 27/02)

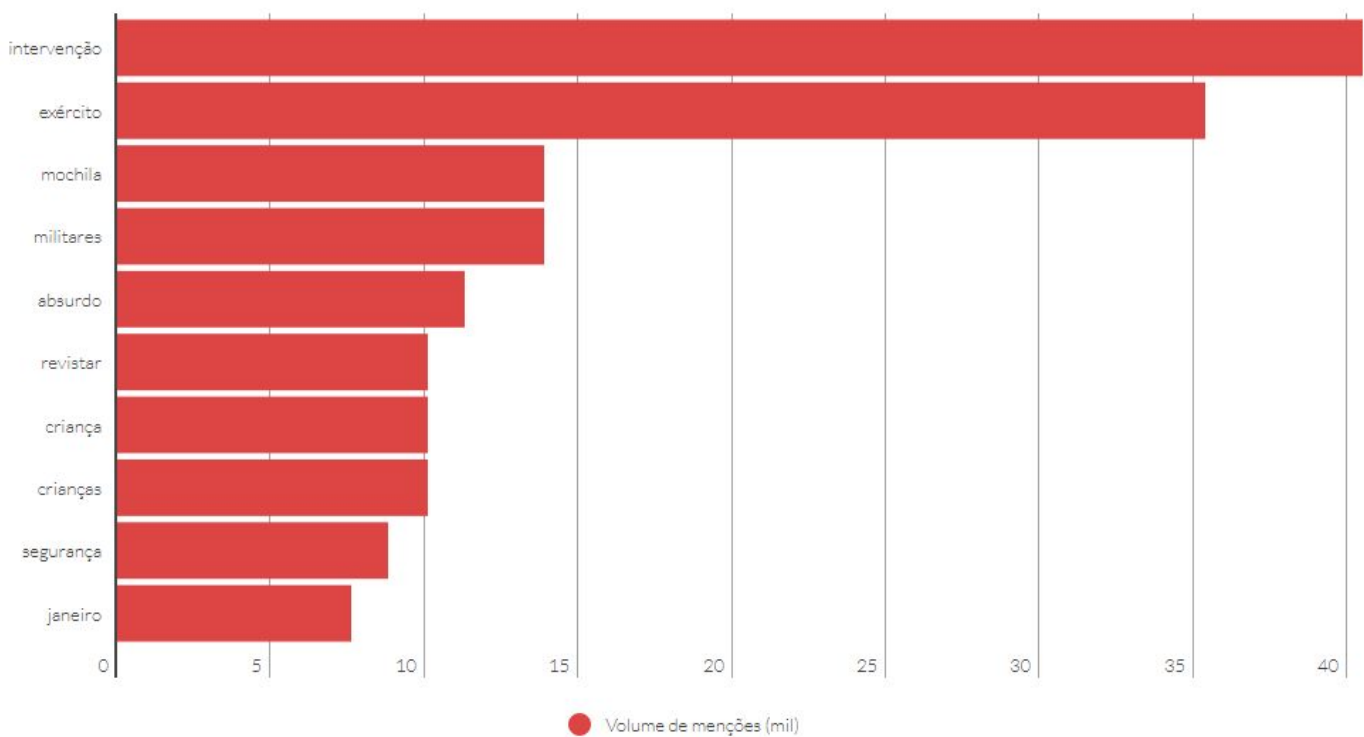


Fonte: elaborado pela FGV DAPP

O debate desta semana se concentrou em uma operação conjunta das Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar, na terça (20), na favela Kelson's, na Zona Norte da capital. Entre as menções, destacam-se críticas à revista de mochilas de crianças. A palavra **“mochila”** é a

terceira mais usada no debate, em 11% das postagens. Aparecem ainda as palavras **“crianças”**, **“criança”** e **“revistar”** (em 8%). O gráfico abaixo mostra as dez palavras mais usadas em toda a discussão.

Palavras mais usadas no debate regionalizado sobre intervenção federal na segurança pública do Rio (10h de 20/02 às 10h de 27/02)



Fonte: elaborado pela FGV DAPP

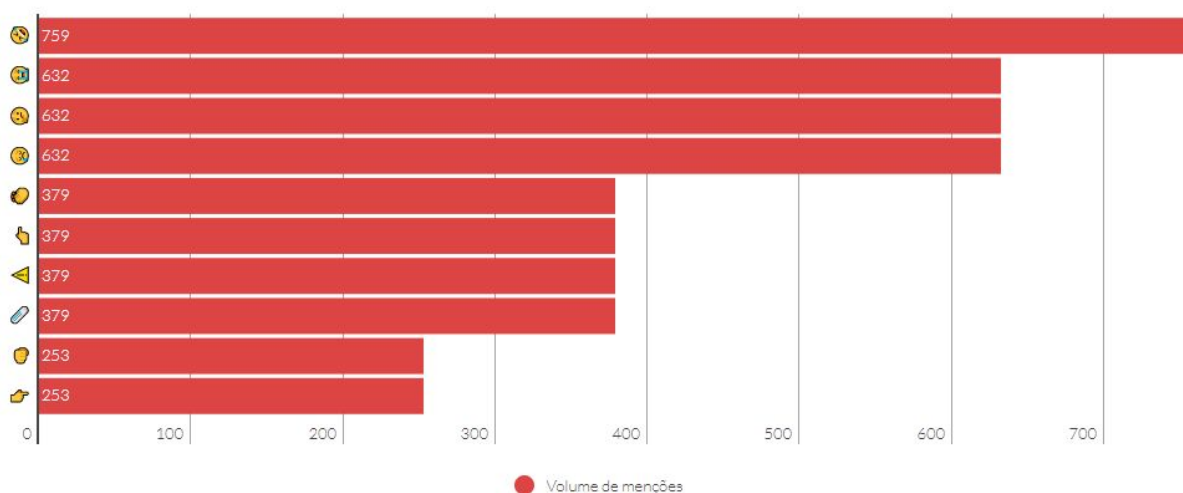
A criação do Ministério de Segurança, pelo presidente Michel Temer, anunciada no domingo (25), mobilizou 1,7 mil postagens no debate regionalizado no período analisado. Grande parte das menções à medida tem caráter noticioso. Mas as postagens que trazem alguma opinião, a maioria se mostra contrária à criação do Ministério, criticando o fato de que ele teria impacto no cenário eleitoral ou de que poderia acarretar o esvaziamento do Ministério dos Direitos Humanos.

3.1. Emojis e hashtags mais usadas

A hashtag com maior repercussão durante o período analisado foi **#intervençãoéfarsa**, aparecendo em 625 postagens (ou 0,5% do debate). As hashtags **#somostodosrj** e **#intervençãomilitar**, que aparecem em cerca de 575 postagens cada (ou 0,4%), e a hashtag **#intervenção**, que aparece em 475 postagens (ou 0,3%), são as outras três mais usadas no debate. Além dessas, aparecem, ainda, as hashtags **#intervençãofederal** e **#regimemilitar** em 300 e 250 menções, respectivamente (ou 0,2% do debate).

É interessante observar que, de um modo geral, as hashtags **#somostodosrj** e **#regimemilitar** acompanham menções favoráveis à intervenção, bem como à atuação das Forças Armadas e do general Eduardo Villas Boas nesse contexto. As outras hashtags são usadas em postagens que tendem a uma posição contrária à medida. Já o emoji mais usado é o rosto em lágrimas, em 0,6% do debate, seguido do rosto em prantos, do rosto pensativo e do rosto chorando, em 0,5%. O gráfico abaixo mostra os dez emojis mais usados durante o período analisado.

Emojis mais usados no debate regionalizado sobre intervenção federal na segurança pública do Rio (10h de 20/02 às 10h de 27/02)



Fonte: elaborado pelo FGV DAPP

3.2. Tuítes com maior interação

Dos cinco tuítes mais compartilhados, dois se mostram a favor da intervenção, somando 11,7 mil retuítes no período analisado. O mais compartilhado, inclusive, demonstra [apoio à revista de mochilas de crianças ao incluir a imagem de um menor apreendido](#). Já os três tuítes contrários à medida registram, juntos, 7,6 mil compartilhamentos. Os [tuítes contra a intervenção criticam, justamente, a revista das mochilas](#).

No entanto, as postagens que geram maior interação – ou seja, as mais citadas e as mais comentadas – no debate são contrárias à intervenção. Nesse contexto, aparecem, além de referências à revista das mochilas, menções a uma [ação de militares do Exército para fotografar e “fichar” moradores de favelas do Rio, na última sexta-feira \(23\)](#).

3.3. O teor do debate

Quando se observa o conteúdo dos debates nas redes sociais sobre a intervenção federal nota-se que as menções continuam polarizadas, mas com tendência à aprovação da intervenção por parte dos usuários das redes. A inspeção realizada pelos militares em mochilas de estudantes da rede municipal de ensino, na favela Kelson's, no último dia 21/02, suscitou grande debate nas redes sociais. A mobilização fez com que uma outra imagem passasse a circular: crianças com as mãos no muro e sendo revistadas por soldados do Exército. A foto das crianças, entretanto, data de 1994, durante a atuação do Exército no governo de Nilo Batista.

É importante mencionar que mesmo se tratando de uma *fake news*, [identificada como tal por alguns usuários](#), a imagem continuou sendo usada como argumento por alguns internautas, contrários ao ato, afirmando que a prática de revista em crianças já existe há décadas e não mudou o cenário da segurança pública no estado.

Uma outra questão que mobilizou o debate nas redes sociais acerca da intervenção foi a identificação dos moradores de comunidades por meio das fotografias. O comando militar afirma

que este tipo de cadastramento é um procedimento legal e estaria vinculado a uma prática corrente de averiguação da existência de mandado judicial contra pessoas sob suspeição e de reconhecimento do terreno a ser policiado. Entretanto, a ação foi criticada por algumas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio, que viu no caso “graves infrações às garantias constitucionais”.

Cabe ressaltar que mesmo as opiniões de apoio não foram uníssonas, coexistindo postagens que criticam as ações do Exército frente aos moradores de comunidades. As opiniões contrárias à atuação dos militares, na questão da identificação dos moradores, afirmam que essa ação fere o direito de ir e vir e que há um preconceito nesta atividade, já que estaria direcionada, especificamente, para estes locais.

4. Considerações finais

O debate da semana refletiu a aprovação do decreto pela Câmara dos Deputados, indicando ao mesmo tempo os desdobramentos da atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Operações realizadas neste período, ainda que sob a égide da Garantia da Lei e da Ordem, sinalizaram um debate concentrado na atuação dos militares. A revista de mochilas de crianças e o cadastramento de moradores de comunidades suscitou argumentos de críticas e de defesa a atuação das Forças Armadas. Temas como o Ministério de Segurança Pública e a criação do Observatório Legislativo estiveram mais concentrados em perfis institucionais, não tendo um impacto tão significativo nos perfis pessoais.

A repercussão nas redes sociais da atuação das forças militares em operações e seus desdobramentos sinaliza a importância de considerarmos que o combate à criminalidade envolve discussões mais amplas, com atores distintos e posições divergentes sobre este tema. A questão da segurança pública é transversal a diversos campos, envolvendo reflexões que

passam pelo Judiciário e pelas entidades de defesa dos direitos humanos. É preciso reconhecer que, embora a atuação repressiva seja apenas uma das frentes de atuação na melhoria da segurança no Rio de Janeiro, ela possui uma grande repercussão na opinião pública pela sua visibilidade e efeitos sobre a vida da população.

Vale ressaltar que essa discussão pode ser alterada a partir do anúncio de diretrizes voltadas para o patrulhamento militar e a maneira que se dará a intervenção, assim como a partir de novos anúncios de medidas que serão tomadas pelo Ministério da Segurança Pública.